

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS CONSOLIDADAS

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
E 2023
(Valores em R\$ mil)**

Avenida Olinda, Qd 4, Lt 2, Torre I, 14º andar, salas 1406/1412 – Park Lozandes,
CEP: 74.884-120 – Goiânia-Goiás

Fone: (62) 3088-5200 www.oabprevgo.org.br

e-mail- oabprevgo@oabprevgo.org.br

Sumário

I. BALANÇO PATRIMONIAL	3
II. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL	4
III. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS	5
IV. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS	6
V. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	7
VII. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	8
1. INFORMAÇÕES GERAIS	9
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	10
4. DISPONÍVEL	14
5. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA	14
6. REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS	14
7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	19
8. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL	20
9. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA	21
10. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	21
11. PROVISÕES MATEMÁTICAS	22
12. FUNDOS	22
13. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Ajustes e Eliminações)	23
14. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES	24
15. DETALHAMENTO DE SALDOS	24
16. GESTÃO DE RISCOS E MONITORAMENTO DOS CONTROLES INTERNO	26
17. ALTERAÇÕES NORMATIVAS E IMPACTOS CONTÁBEIS	26
18. EVENTOS SUBSEQUENTES	27



I. BALANÇO PATRIMONIAL

CONSOLIDADO
 Valores em R\$
 Mil

ATIVO	NOTA	12/2024	12/2023	PASSIVO	NOTA	12/2024	12/2023
DISPONÍVEL	4	389	346	EXIGÍVEL OPERACIONAL		797	732
				Gestão Previdencial	8	620	549
				Gestão Administrativa	9	177	183
REALIZÁVEL		176.263	164.058				
Gestão Administrativa	5	6	5				
Investimentos	6	176.257	164.053				
Fundos de Investimentos		176.257	164.053	PATRIMÔNIO SOCIAL	11	177.678	165.572
				Patrimônio de Cobertura do Plano		174.317	162.193
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	7	1.823	1.900	Provisões Matemáticas		174.317	162.193
Imobilizado		1.823	1.889	Benefícios Concedidos		20.455	19.984
Intangível		-	11	Benefícios a Conceder		153.862	142.209
				Fundos	12	3.361	3.379
				Fundos Administrativos		3.361	3.379
TOTAL DO ATIVO		178.475	166.304	TOTAL DO PASSIVO		178.475	166.304

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Marcia Queiroz Nascimento
 Diretora Presidente
 CPF 394.484.441-68
 ICSS ADM EA01429
 ICSS Investimentos EI08125

Danielle Parreira Belo Brito
 Diretora Administrativo-Financeiro
 CPF 565.430.421-68
 ICSS ADM EA 11161

Cleire Busto Guimarães dos Santos
 Contadora
 CPF 099.042.802-82
 CRC/SC – 020.670/O-2

II. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL
CONSOLIDADO
Valores em R\$ Mil

Descrição	12/2024	12/2023	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	165.572	147.533	12
1. Adições	32.725	38.820	(16)
(+) Contribuições Previdenciais	16.327	14.995	9
(+) Portabilidade	1.517	52	2.817
(+) Indenização de Riscos Terceirizados	2.679	883	203
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	9.599	20.364	(53)
(+) Receitas Administrativas	2.520	2.329	8
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	83	197	(58)
2. Destinações	(20.621)	(20.781)	(1)
(-) Benefícios	(3.703)	(3.601)	3
(-) Resgates	(8.984)	(10.293)	(13)
(-) Portabilidades	(66)	(262)	(75)
(-) Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	(4.085)	(4.033)	1
(-) Outras Destinações	(1)	(2)	(50)
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(1.160)	(226)	413
(-) Despesas Administrativas	(2.616)	(2.359)	11
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	(5)	(5)	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	12.105	18.039	(33)
(+/-) Provisões Matemáticas	12.123	17.877	(33)
(+/-) Fundos Administrativos	(18)	162	(111)
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3+4+5)	177.677	165.572	7

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Marcia Queiroz Nascimento

Diretora Presidente
CPF 394.484.441-68
ICSS ADM EA01429
ICSS Investimentos EI08125

Danielle Parreira Belo Brito

Diretora Admin/Financeiro
CPF 565.430.421-68
ICSS ADM EA 11161

Cleire Busto Guimarães dos Santos

Contadora
CPF 099.042.802-82
CRC/SC - 020.670/O-2

III. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO (Adv-PREV)
Valores em R\$ Mil

	Descrição	12/2024	12/2023	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	162.194	144.317	12
	1. Adições	28.992	36.115	(20)
(+)	Contribuições	16.357	15.043	9
(+)	Portabilidade	1.517	52	2.817
(+)	Indenização de Riscos Terceirizados	2.679	883	203
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.439	20.137	(58)
	2. Destinações	(16.869)	(18.239)	(8)
(-)	Benefícios	(3.703)	(3.601)	3
(-)	Resgates	(8.984)	(10.293)	(13)
(-)	Portabilidade	(66)	(262)	(75)
(-)	Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	(4.085)	(4.033)	1
(-)	Custeio Administrativo	(30)	(48)	(38)
(-)	Outras Destinações	(1)	(2)	(50)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	12.123	17.876	(32)
(+/-)	Provisões Matemáticas	12.123	17.876	(32)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4+5)	174.317	162.193	7
	C) Fundos não previdenciais	3.361	3.379	(1)
(+/-)	Fundos Administrativos	3.361	3.379	(1)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Marcia Queiroz Nascimento

Diretora Presidente
CPF 394.484.441-68
ICSS ADM EA01429
ICSS Investimentos EI08125

Danielle Parreira Belo Brito

Diretora Admin/Financeiro
CPF 565.430.421-68
ICSS ADM EA 11161

Cleire Busto Guimarães dos Santos

Contadora
CPF 099.042.802-82
CRC/SC - 020.670/O-2

IV. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO (Adv-PREV)
Valores em R\$ Mil

Descrição	12/2024	12/2023	Varição (%)
1. Ativos	178.345	166.204	7
Disponível	357	262	36
Recebíveis Previdencial	3.366	3.380	(1)
Investimento	174.622	162.562	7
Fundos de Investimentos	174.622	162.562	7
2. Obrigações	667	632	6
Operacional	667	632	6
3. Fundos Não Previdenciais	3.361	3.379	(1)
Fundos Administrativos	3.361	3.379	(1)
5. Ativo Líquido (1-2-3)	174.317	162.193	7
Provisões Matemáticas	174.317	162.193	7

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

**Marcia Queiroz
Nascimento**

Diretora Presidente
CPF 394.484.441-68
ICSS ADM EA01429
ICSS Investimentos EI08125

**Danielle Parreira
Belo Brito**

Diretora Admin/Financeiro
CPF 565.430.421-68
ICSS ADM EA 11161

**Cleire Busto Guimarães dos
Santos**

Contadora
CPF 099.042.802-82
CRC/SC - 020.670/O-2

V. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

PGA CONSOLIDADO
Valores em R\$ Mil

Descrição	12/2024	12/2023	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.379	3.216	5
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.603	2.526	3
1.1. Receitas	2.603	2.526	3
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	30	48	(38)
Custeio Administrativo dos Investimentos	525	488	8
Receitas Diretas	1.965	1.793	10
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	83	197	(58)
2. Despesas Administrativas	(2.616)	(2.359)	11
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	(2.616)	(2.359)	11
Pessoal e encargos	(842)	(748)	13
Treinamentos/Congressos e Seminários	(23)	(41)	(44)
Viagens e Estadias	(24)	(50)	(52)
Serviços de Terceiros	(795)	(720)	11
Despesas gerais	(708)	(572)	24
Depreciações e Amortizações	(92)	(100)	(8)
Tributos	(132)	(128)	3
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	(5)	(4)	25
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(18)	163	(111)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(18)	163	(111)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	3.361	3.379	(1)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

**Marcia Queiroz
Nascimento**

Diretora Presidente
CPF 394.484.441-68
ICSS ADM EA01429
ICSS Investimentos EI08125

**Danielle Parreira
Belo Brito**

Diretora Admin/Financeiro
CPF 565.430.421-68
ICSS ADM EA 11161

**Cleire Busto Guimarães dos
Santos**

Contadora
CPF 099.042.802-82
CRC/SC – 020.670/O-2

VII. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOSPLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO (Adv-PREV)
Valores em R\$ Mil

Descrição	12/2024	12/2023	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	174.984	162.825	7
1. Provisões Matemáticas	174.317	162.193	7
1.1. Benefícios Concedidos	20.455	19.984	2
Contribuição Definida	20.455	19.984	2
1.2. Benefício a Conceder	153.862	142.209	8
Contribuição Definida	153.862	142.209	8
Saldo de Contas - Parcela Participantes	153.862	142.209	8
4. Exigível Operacional	667	632	6
4.1. Gestão Previdencial	620	549	13
4.2. Investimentos – Gestão Previdencial	47	83	(43)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

**Marcia Queiroz
Nascimento**Diretora Presidente
CPF 394.484.441-68
ICSS ADM EA01429
ICSS Investimentos EI08125**Danielle Parreira
Belo Brito**Diretora Admin/Financeiro
CPF 565.430.421-68
ICSS ADM EA 11161**Cleire Busto Guimarães dos
Santos**Contadora
CPF 099.042.802-82
CRC/SC – 020.670/O-2

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Goiás e da Casag – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás - OABPrevGO e CASAG (“OABPrevGO/TO” ou “Entidade”) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, nos termos do art. 35, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

O funcionamento da Entidade foi autorizado, por prazo indeterminado, pela Portaria nº 329, do Ministério da Previdência Social – MPS, em 01 de março de 2006.

Os recursos de que a Entidade dispõe, para a consecução de seus objetivos, são formados por contribuições de seus participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.994, de 24 de março de 2022 e suas atualizações.

As atividades da Entidade são regulamentadas pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) e são fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (“PREVIC”) vinculada ao Ministério da Previdência Social.

A OABPrevGO/TO possui autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo por objetivo complementar os benefícios assegurados pela previdência social oficial, sendo instituída pela OAB-GO – Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Goiás, CASAG – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás, OAB-TO – Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Tocantins e CAATO – Caixa de Assistência dos Advogados do Tocantins.

As entidades de previdência complementar estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e com o art. 17 da IN SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005, e alteradas pelas IN SRF nº 667, de 26 de julho de 2006, e art. 17 da IN RFB nº 1.315, de 03 de janeiro de 2013, respectivamente.

▪ **Planos de Benefícios administrados**

A OABPrevGO/TO, atualmente, administra um (1) plano de benefícios, enquadrado na modalidade Contribuição Definida, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2006000829, mantidos pela PREVIC.

▪ **Participantes**

Em 31 de dezembro de 2024, a OABPrevGO/TO contava com 4.598 participantes inscritos no Plano Fundo de Pensão Multipatrocinado da OAB-GO e da Casag, sendo 57 Assistidos, 50 Pensionistas e 4.491 ativos. Em 31 de dezembro de 2023, a OABPrevGO/TO contava com 4.633 participantes inscritos no Plano Fundo de Pensão Multipatrocinado da OAB-GO e da Casag, sendo 57 Assistidos, 52 Pensionistas e 4.524 ativos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da OABPrevGO/TO e foram elaboradas de acordo com a Política Contábil, aprovada pela entidade em 24 de fevereiro de 2022, e práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), especificamente a Resolução CNPC nº 43 e suas alterações, de 06 de agosto de 2021 e Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023 e suas alterações; e Norma Brasileira de Contabilidade ITG/CFC Nº 2001 de 15 de dezembro de 2022.

Essas diretrizes não requerem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa, o fluxo dos investimentos e assistencial, proporcione informações confiáveis e mais relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 (R5).

As demonstrações consolidadas representam o somatório dos saldos contábeis do plano de benefícios administrado pela OABPrevGO/TO e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), e as demonstrações individuais apresentam exclusivamente os valores contabilizados em cada Plano de Benefícios. Os demonstrativos contábeis exigidos pela Resolução CNPC nº 43/2021, art. 17, são os seguintes:

- Balanço Patrimonial (Consolidado).
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada).
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (Plano de benefício).
- Demonstração do Ativo Líquido (Plano de benefício).
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada).
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (Plano de benefício).

As demonstrações contábeis foram apreciadas pela Diretoria Executiva em 13 de março de 2025.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma e a moeda funcional da OABPrevGO/TO é o real (R\$).

b. Apuração do resultado

As Adições e Destinações da Gestão Previdencial (salvo as exceções descritas no item "c" desta nota), Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo dos Investimentos são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

c. Contribuições da gestão previdencial

Os registros contábeis relativos as contribuições de participantes vinculados ao plano de contribuição definida são escrituradas com base no regime de caixa (conforme § 1º do artigo 10 da Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021).

d. Investimentos

Cotas de Fundos de Investimentos

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço divulgado pelos administradores dos respectivos fundos.

e. Imobilizado e intangível

Os bens corpóreos móveis são registrados ao valor de custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.

Os bens corpóreos imóveis são registrados pelo método de reavaliação líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.

Os direitos adquiridos relacionados ao apoio às atividades da OABPrevGO/TO são contabilizados ao valor de custo, deduzidos da amortização acumulada, também calculada pelo método linear, durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A depreciação e a amortização são calculadas às seguintes taxas ao ano:

Móveis e utensílios	10% (dez por cento)
Máquinas e equipamentos de uso	10% (dez por cento)
Salas Comerciais	2,44% (dois e quarenta e quatro por cento)
Computadores e periféricos - "Hardware"	20% (vinte por cento)
Sistemas Operacionais	20% (vinte por cento)
Desenvolvimento de Sistemas	20% (vinte por cento)

f. Depósitos Judiciais (quando ocorrer)

Os depósitos judiciais são registrados pelo valor efetivamente desembolsado e na existência de depósitos judiciais, estes realizáveis devem ser atualizados por ocasião da emissão do alvará de levantamento expedido pelo judiciário em favor da EFPC em contrapartida a conta de resultado.

g. Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias e o 13º salário, são provisionados no PGA, segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

h. Ativos e Passivos Contingentes

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a OABPrevGO/TO. A Provisão é ajustada através de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, conforme descrito abaixo:

- **Ativos contingentes (quando aplicável):** trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

- **Passivos contingentes:** são registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, com exceção dos processos trabalhistas, cuja provisão é constituída com base na perda histórica. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são

divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

- **Obrigações legais:** originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso. Os montantes discutidos são quantificados, registrados e atualizados mensalmente.
- **Provisões:** originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações (passivo) onde há incerteza tanto ao prazo quanto ao valor.

i. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são calculadas por atuários contratados e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder, que tem seu valor ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos, a evolução dos saldos consideram a acumulação de recursos, variação da cota do plano e as deduções destinadas ao pagamento dos referidos benefícios.

j. Estimativas Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisões matemáticas, provisões com demandas judiciais, entre outras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas ocasionalmente resultará em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A alta Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos por ocasião do Balanço.

k. Plano de Gestão Administrativa

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelos planos de benefícios administrados pela Entidade, foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

As operações administrativas são registradas conforme Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021 e Resolução Previc 23, de 14 de agosto de 2023, reconhecidas no PGA, que possui patrimônio segregado dos Planos de Benefícios Previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos, Diretas e Outras Receitas), deduzidas das despesas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo.

A parcela equivalente à participação dos Planos de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo no PGA foi registrada nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Patrimônio Social.

l. Ajustes e Eliminações

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são "Migração entre Planos", "Compensação

de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, “Participação no Fundo Administrativo PGA” e valores a pagar e a receber entre planos.

Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares.

m. Resumo das gestões

A OABPrevGO/TO em consonância com a Resolução Previc 23, de 14 de agosto de 2023, detém controle segregado das gestões previdencial, administrativa e dos investimentos, a saber:

m.1 Gestão Previdencial

Atividade de registro e controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como da mutação patrimonial do plano de benefícios, de caráter previdencial. O resultado do plano de benefícios previdenciários no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios e acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas. Num plano instituído, estruturado na modalidade de contribuição definida, todo o resultado é distribuído aos participantes, por meio da constituição ou reversão de provisões matemáticas, desta forma não há formação de superávit ou déficit.

m.2 Gestão dos Investimentos

Referem-se ao registro e controle das aplicações do plano de benefícios de caráter previdencial e do plano administrativo - PGA. O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas das variações negativas é transferido para as gestões previdencial e administrativa na proporção dos seus recursos garantidores investidos.

m.3 Gestão Administrativa

Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios, de caráter previdencial. O custeio das despesas administrativas do OABPrevGO/TO utilizou como fontes de recursos a taxa de administração (percentual definido anualmente pelo plano de custeio sobre os recursos garantidores), as receitas diretas (valor recebido em função do rebate da taxa de comissão pela terceirização de plano de cobertura de benefícios de risco) e a rentabilidade dos recursos aplicados.

4. DISPONÍVEL

Representam os recursos com alta liquidez na entidade e são representados pelos recursos em caixa, bancos e numerários em trânsito, a saber:

	31.12.2024	31.12.2023
DISPONÍVEL	389	346
IMEDIATO	329	294
CAIXA	1	1
BANCOS CONTA MOVIMENTO	328	293
BANCO BRASIL	79	1
BANCO ITAÚ	35	1
BANCO SANTANDER	2	17
CAIXA ECONÔMICA	26	27
SICOOB	186	247
VINCULADO	60	52
CREDJUR – COTAS	56	52
IMPOSTOS A RECUPERAR	4	0

5. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Estão registrados os valores a receber inerentes às atividades da Gestão Administrativa.

	31.12.2024	31.12.2023
GESTÃO ADMINISTRATIVA	6	5
CONTAS A RECEBER	4	3
RESPONSABILIDADE DE EMPREGADOS	4	3
ADIANTAMENTO FÉRIAS	4	3
DESPESAS ANTECIPADAS	2	2

6. REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Os investimentos dos recursos garantidores do Plano administrado pela entidade seguem as diretrizes estabelecidas pelos normativos legais aplicáveis às EFPCs em especial a Resolução CMN nº 4.994 de 24 de março de 2022, que regulamentam os limites de investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos

rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período, bem como a Política de Investimento aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Em 2024, a carteira de investimentos do Plano apresentou um retorno positivo acumulado de 5,45%. No entanto, o desempenho ficou abaixo da meta atuarial, que corresponde ao INPC + 4,09% (9,07%), refletindo os desafios enfrentados pelos mercados ao longo do ano. A performance foi impactada principalmente pelo fraco desempenho dos ativos de risco, em um ambiente de maior aversão ao mercado acionário.

O início do ano foi marcado por otimismo nos mercados globais, impulsionado pela expectativa de cortes nas taxas de juros e pelo maior controle da inflação. Entretanto, a inflação persistente no setor de serviços, especialmente nos Estados Unidos e na União Europeia, levou os principais Bancos Centrais a adotarem uma postura mais cautelosa, adiando reduções na taxa básica para o segundo semestre.

No Brasil, a confiança do mercado se deteriorou ao longo do ano, reflexo do aumento dos gastos públicos, da instabilidade na relação entre o governo e o Banco Central, dos impactos climáticos adversos na produção agrícola e da manutenção de juros elevados no exterior. Como consequência, a taxa Selic subiu para 12%, o dólar alcançou R\$ 5,95 e a inflação encerrou o ano em 4,84%.

A conjuntura macroeconômica afetou diretamente o desempenho do mercado financeiro, resultando em uma maior aversão ao risco por parte dos investidores. A alta dos juros e a incerteza fiscal levaram o Ibovespa a registrar uma queda acumulada de 10,36%, enquanto o movimento de busca por segurança impulsionou a migração para ativos de renda fixa e investimentos dolarizados. Esse cenário também impactou as reservas internacionais do Banco Central, que sofreram uma retração de 7%. O desempenho dos principais índices financeiros refletiu essa instabilidade, com desvalorizações no SMLL (-25,03%), IMA-B (-2,44%) e IFIX (-5,89%), ao passo que o dólar apresentou uma valorização expressiva de 27,91%.

Diante desse ambiente desafiador, a administração segue comprometida com uma gestão estratégica e prudente dos investimentos, visando a preservação do equilíbrio financeiro do Plano. A busca pela otimização dos ativos e pela mitigação de riscos permanece como prioridade, sempre em alinhamento com as diretrizes regulatórias e os objetivos de longo prazo dos participantes.

A composição da carteira de investimentos e o disponível, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 era a seguinte.

	31.12.2024		31.12.2023	
DISPONÍVEL	389	0,22%	346	0,21%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	176.257	99,78%	164.053	99,79%
RENDA FIXA	6.367	3,60%	10.546	6,41%
AÇÕES	16.294	9,22%	20.072	12,21%
MULTIMERCADO	153.596	86,95%	133.435	81,17%

Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade possuía em sua carteira 10 (dez) fundos de investimentos. Sendo 2 (dois) fundos multimercados exclusivos e 7 (sete) fundos abertos, nos segmentos renda fixa

e renda variável.

No fechamento do exercício 2024 e 2023, a carteira de investimentos consolidada apresentava a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
INVESTIMENTOS	176.257	164.053
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	176.257	164.053
FUNDOS DE RENDA FIXA	6.367	10.546
TREK FUNDO DE INVEST RF CP IMOBILIÁRIO	35	363
DELTA CRÉDITO PRIVADO FIC FIRF	76	72
ITAÚ SOBERANO RF SIMPLES FUNDO DE INVEST	6.256	2.467
ITAÚ IMA B	-	7.644
FUNDOS DE AÇÕES	16.294	20.072
SANTANDER FI IBOVESPA ATIVO INSTITUCIONAL	2.631	2.949
CONSTANCIA FUNDAMENTO FIA	5.412	6.022
BRASIL CAPITAL 30 INSTITUCIONAL FUNDO DE	4.087	5.381
FUNDO MANTARO ACOES FIC FIA	4.164	5.720
FUNDOS MULTIMERCADO	153.596	133.435
MONGERAL AEGON OABPREV GO FI MULT	81.009	66.711
VINCI OABPREVGOTO FIM	72.587	66.724

6.1 Títulos Classificados como "Mantidos até o vencimento"

Ao encerrar o ano de 2023, é importante destacar que a carteira de investimentos do Fundo exclusivo, MONGERAL AEGON OABPREVGO FIM, continha títulos públicos ("NTN-Bs") marcados na curva, significando que foram mantidos até o vencimento. O valor total desses investimentos foi de R\$ 3.706, o que representa 2,28% do patrimônio aplicado em Fundos de Investimentos da carteira da Entidade. É importante ressaltar que a Entidade possui capacidade financeira para manter esses investimentos até o vencimento.

Em fechamento de 2024, dentre os ativos pertencentes a carteira de investimentos do Fundo exclusivos, MONGERAL AEGON OABPREVGO FIM, existia títulos públicos ("NTN-Bs") que foram marcados na curva, ou seja, com objetivo de serem mantidos até o vencimento, cujo valor do montante aplicado era de R\$ 3.885 ao qual representava 2,22% do patrimônio aplicado em Fundos de Investimentos da carteira da Entidade.

Cabe destacar que a Entidade possui a intenção e a capacidade de manter estes títulos até o vencimento.

6.2 Fundos multimercados

Dentre os fundos de investimentos presentes no portfólio do plano Adv-PREV, destacam-se os

fundos multimercados exclusivos que, juntos, possuíam alocação de 88% do saldo aplicado, no fechamento do exercício de 2024.

MONGERAL AEGON OABPREVGO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, CNPJ 20.833.940/0001-79, com 46% de alocação da carteira, evidencia-se sua composição em 22% de seu patrimônio em caixa, 46% em títulos públicos (sendo 4,79% atrelados à inflação e mantidos à curva), 23% em ativos de Renda Fixa com exposição corporativa e financeira e 2% em Renda Variável. Sua rentabilidade acumulada em 2024 foi de 9,78%.

VINCI OABPREVGO/TO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO, CNPJ 19.729.240/0001-50, com 42% de alocação da carteira, evidencia-se sua composição em 35% de seu patrimônio em caixa, 55% em ativos de Renda Fixa e 2% em Renda Variável. Sua rentabilidade acumulada em 2024 foi de 8,79%.

Para ambos, a meta de rentabilidade no mesmo período foi de 13,11% (CDI + 2% a.a.).

6.3 Fundos que não se conservam em matéria de liquidez e riscos admitidos na Política de Investimentos

Dentre os fundos abertos investidos e alocados em segmentos de renda fixa e renda variável, em contínuo monitoramento os fundos se conservam em matéria de liquidez e riscos admitidos na Política de Investimentos da Entidade, com exceção dos seguintes fundos:

Fundo **DELTA CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS RENDA FIXA, CNPJ 24.612.944/0001-88**, administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, é um fundo de baixa liquidez e está fechado para resgate.

Vale destacar:

a) Em 31 de março de 2024, o Fundo possuía o montante de R\$ 1.338, equivalente a 98,97% de seu patrimônio líquido, investido no Delta Crédito Privado Master Fundo de Investimento Renda Fixa ("fundo investido"), que por sua vez possuía CRIs vencidos de emissão da Virgo Companhia de Securitização, cujos devedores originais eram a DeltaVille Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Deltaville") e a Castanheiras Participações Ltda. ("Castanheiras"). Em setembro de 2016, o CRI teve vencimento antecipado declarado em razão dos inadimplementos ocorridos no âmbito da operação, inclusive, do ajuizamento da Recuperação Judicial do Grupo Deltaville e rebaixamento do rating atribuído às operações. No tocante ao CRI da 14ª série, 1ª emissão, o processo de execução foi suspenso em razão da homologação do acordo. O acordo da suscitação de dúvida foi celebrado para pôr fim à controvérsia existente no processo de nº 8000719-87.2019.8.05.0154, ajuizado diante da impossibilidade de excussão da garantia da matrícula de nº 16.312 (Fazenda Águia Azul), em razão da suposta sobreposição de áreas com a matrícula de nº 17.092 (Fazenda Grevilha). O acordo foi homologado na segunda suscitação de dúvida, por sentença já transitada em julgado e, atualmente, o assessor legal está diligenciando junto ao RGI objetivando o seu cumprimento.

Fonte: Demonstrações Contábeis
Demonstrações financeiras em 31 de março de 2024.
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC 2SP 0011.609/O-8

Atualmente o valor contábil do fundo citado, em reais é de R\$ 76, correspondem a 0,04% da carteira de investimentos do Plano Adv-PREV.

Vale ainda registrar, que no acumulado do ano de 2024, o Fundo apresentou variação de rentabilidade positiva, em 5,27%. A gestão da OABPrevGO/TO acompanha o processo de recuperação judicial do citado fundo, para tomar as medidas cabíveis que julgar necessárias.

O fundo **TREK FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO IMOBILIÁRIO, CNPJ:15.862.639/0001-53**, anteriormente administrado pela CM Capital Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (CNPJ 02.671.743/0001-19), passou por uma reestruturação societária em 7 de junho de 2024, alterando sua razão social para Banvox Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Baixa Liquidez e Reprecificação de Ativos: Este fundo é caracterizado por sua baixa liquidez e foi recentemente impactado por um processo de reprecificação de seus ativos, conduzido pela administradora Banvox. Esta reavaliação resultou em uma significativa redução no valor patrimonial do fundo, refletindo a volatilidade e os riscos associados aos ativos imobiliários.

Impacto na Carteira da OABPrevGO/TO: Em 19 de dezembro de 2024, a OABPrevGO/TO detinha 1.965 cotas do fundo, totalizando R\$ 35, representando 0,02% da carteira do Plano Adv-PREV. Na data imediatamente anterior, a mesma quantidade de cotas totalizava R\$ 358, equivalente a 0,21% da carteira. Este movimento resultou em uma desvalorização de 90,13% do patrimônio do fundo.

Desempenho Histórico: De acordo com as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do fundo, em 30 de junho de 2024, o patrimônio líquido médio era de R\$ 25.093. Após a reprecificação, este valor foi reduzido para R\$ 2.446, refletindo uma perda significativa de valor.

Medidas Adotadas pela Gestão: A gestão da Entidade, como cotista minoritária com 1,43% de participação no fundo, está acompanhando atentamente as movimentações do fundo. Estamos avaliando e adotando as medidas cabíveis para mitigar os riscos e proteger os interesses dos participantes.

7. **IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

O imobilizado e o intangível estão registrados no Plano de Gestão Administrativa, e em 31 de dezembro de 2024 e 2023, possuem a seguinte composição:

IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	1.823	1.899
IMOBILIZADO	1.823	1.889
BENS MÓVEIS	69	86
COMPUTADORES	14	4
CUSTO	73	60
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(59)	(56)
SISTEMAS OPERACIONAIS	-	-
CUSTO	8	8
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(8)	(8)
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	36	57
CUSTO	211	212
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(175)	(155)
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	19	25
CUSTO	84	82
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(65)	(57)
BENS IMÓVEIS	1.754	1.803
SALAS COMERCIAIS	1.754	1.803
CUSTO	2.007	2.007
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(253)	(204)
INTANGÍVEL	-	10
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	-	10
CUSTO	93	93
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(93)	(83)

7.1 Evolução do Imobilizado

A evolução do Imobilizado pode ser observada conforme o quadro a seguir:

Descrição	Saldo Anterior	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo Final
IMOBILIZADO					
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	4	13	-	(3)	14
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	57	-	-	(21)	36
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	25	2	-	(8)	19
SALAS COMERCIAIS	1.803	-	-	(49)	1.754
INTANGÍVEL					
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	10	-	-	(10)	-

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a gestão previdencial pode ser assim resumida:

	31.12.2024	31.12.2023
GESTÃO PREVIDENCIAL	620	549
BENEFÍCIOS A PAGAR	1	58
RETENÇÕES A RECOLHER	247	146
VALORES A REPASSAR - RISCO TERCEIRIZADO	358	332
OUTRAS EXIGIBILIDADES	14	13

Benefícios a Pagar

Representam os recursos a pagar do plano de benefício relativos aos benefícios (aposentadorias e pensões) e resgates.

Retenções a Recolher

Representam valores de Imposto de Renta Retido na Fonte (IRRF) relativos aos benefícios e resgates concedidos no período e no mês subsequente serão recolhidos.

Valores a Repassar – Risco Terceirizado

Representam os recursos a pagar a seguradora MONGERAL referente as contribuições de risco.

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registram os compromissos a pagar assumidos pela OABPrevGO/TO relativos à gestão administrativa, conforme quadro abaixo:

	31.12.2024	31.12.2023
GESTÃO ADMINISTRATIVA	177	183
CONTAS A PAGAR	149	170
SALÁRIOS E ENCARGOS	72	78
FGTS	-	4
INSS	13	13
IRRF S/ SALÁRIOS	6	7
PROVISÃO PARA FÉRIAS	53	54
FORNECEDORES	77	92
RETENÇÕES A RECOLHER	4	4
TRIBUTOS A RECOLHER¹	24	9

¹ Valores a recolher de PIS e COFINS.

10. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A entidade não constituiu ou reverteu provisão com chance de perda provável no fechamento do exercício de 2024. Essas provisões registrariam ocorrências de fatos que seriam objeto de decisões e que, provavelmente, iriam gerar desembolsos futuros.

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (i) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada, sendo obrigação legal aquela que deriva de contrato, legislação ou outra ação da Lei) como resultado de evento passado;
- (ii) seja provável a necessidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

11. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos elaborados por atuários responsáveis pelos planos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as provisões matemáticas possuíam a seguinte composição:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
<u>PROVISÕES MATEMÁTICAS</u>	<u>174.317</u>	<u>162.193</u>
<u>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</u>	<u>20.455</u>	<u>19.984</u>
<u>CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA</u>	<u>20.455</u>	<u>19.984</u>
SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS - CONSTITUÍDO	20.455	19.984
<u>BENEFÍCIOS A CONCEDER</u>	<u>153.862</u>	<u>142.209</u>
<u>CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA</u>	<u>153.862</u>	<u>142.209</u>
SALDO DE CONTAS - PARCELA CONSTITUÍDA PELOS PARTICIPANTES	141.967	131.352
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES PORTADA DE EFPC	6.222	6.113
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES PORTADA DE EAPC	5.673	4.744

Os saldos das provisões matemáticas referentes a benefícios concedidos e benefícios a conceder apresentaram crescimento nominal de 7,48% no exercício de 2024 devido às contribuições recebidas de participantes e à rentabilidade dos ativos investidos no período.

11.1 Provisões de benefícios concedidos

Correspondem ao valor atual dos benefícios futuros dos assistidos em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).

11.2 Provisões de benefícios a conceder

Para os benefícios na modalidade de contribuição definida, correspondem ao saldo de contas, parcelas participantes.

12. FUNDOS

12.1. Fundo Administrativo

O fundo administrativo é correspondente à diferença entre as receitas e as despesas administrativas, acrescidas do retorno dos investimentos, conforme disposto na demonstração do plano de Gestão Administrativa.

A OABPrevGO/TO apresentou fundo administrativo de R\$ 3.361 mil em 2024 (R\$ 3.379 mil em 2023), o que representou uma redução de 0,53% em relação ao exercício anterior. A origem desta variação derivou das receitas administrativas, receitas diretas decorrentes do excedente repassado

pela Cia Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A e resultado dos investimentos do plano administrativo.

13. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Ajustes e Eliminações)

Em atendimento ao disposto na Resolução PREVIC Nº 23, de 14 de agosto de 2023, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano de benefícios e consolidados. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores a pagar e a receber entre os planos, "Participação do Fundo Administrativo nos planos previdenciais",

"Superávit e Déficit Técnico", "Migração entre Planos", "Compensação de Fluxos Previdenciais" e "Participação no Plano de Gestão Administrativa".

31.12.2024

Descrição	Planos		Ajustes e Eliminações Documentos Auxiliares		Consolidado
	CD Puro	PGA	Débito	Crédito	
Disponível	357	32	-	-	389
Realizável	177.988	1.688	-	(3.413)	176.263
Gestão Previdencial	5	-	-	(5)	-
Gestão Administrativa	3.361	53	-	(3.408)	6
Investimentos	174.622	1.635	-	-	176.257
Imobilizado	-	1.823	-	-	1.823
Total do Ativo	178.345	3.543	-	-3.413	178.475
Exigível Operacional	667	182	(52)	-	797
Gestão Previdencial	620	-	-	-	620
Gestão Administrativa	-	182	(5)	-	177
Investimentos	47	-	(47)	-	-
Patrimônio Social	177.678	3.361	(3.361)	-	177.678
Patrimônio de Cobertura	174.317	-	-	-	174.317
Fundos	3.361	3.361	(3.361)	-	3.361
Administrativos	3.361	3.361	(3.361)	-	3.361
Total do Passivo	178.345	3.543	(3.413)	-	178.475

31.12.2023

Descrição	Planos		Ajustes e Eliminações Documentos Auxiliares		Consolidado
	CD Puro	PGA	Débito	Crédito	
Disponível	262	84	-	-	346
Realizável	165.942	1.579	-	(3.463)	164.058
Gestão Previdencial	1	-	-	(1)	-
Gestão Administrativa	3.379	88	-	(3.462)	5
Investimentos	162.562	1.491	-	-	164.053
Imobilizado	-	1.900	-	-	1.900
Total do Ativo	166.204	3.563	-	(3.463)	166.304
Exigível Operacional	632	184	(84)	-	732
Gestão Previdencial	549	-	-	-	549
Gestão Administrativa	-	184	(1)	-	183
Investimentos	83	-	(83)	-	-
Patrimônio Social	165.572	3.379	(3.379)	-	165.572
Patrimônio de Cobertura	162.193	-	-	-	162.193
Fundos	3.379	3.379	(3.379)	-	3.379
Administrativos	3.379	3.379	(3.379)	-	3.379
Total do Passivo	166.204	3.563	(3.463)	-	166.304

14. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES

Ainda que previsto no Art. 37, do Estatuto da Entidade que – *Os membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal poderão ser remunerados pela Entidade, a critério do Conselho Deliberativo, ao longo do exercício de 2024, não houve remuneração aos Conselheiros e/ou Diretoria Executiva.*

15. DETALHAMENTO DE SALDOS

Em atendimento ao disposto na Resolução Previc n. 23, de 14 de agosto de 2023, será apresentado o detalhamento dos saldos das contas que contenham a denominação "Outros", quando ultrapassarem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo da referida conta.

15.1 Despesas Gerais

As despesas registradas na conta de despesas gerais - 4.02.01.05.00.00.00, que representam 31% do total das despesas em 2024, é composta pelas despesas conforme quadro abaixo:

A Entidade possui em seu quadro de gestão área interna de vendas para comercialização de seus produtos. Esse modelo demanda investimentos diretos em marketing e publicidades, bem como, em prestação de serviços de corretoras de vida e previdência. Sendo nesta rubrica, a acomodação mais adequada para registros contábeis conforme plano de contas padrão.

<u>DESPESAS GERAIS</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
	<u>708</u>	<u>572</u>
ASSOCIAÇÕES DE CLASSE	11	10
BRINDES	3	-
CARTÓRIO	-	1
CONDOMÍNIO	88	80
EVENTOS E PROMOÇÕES	1	-
MATERIAL GRÁFICOS/IMPRESSOS	-	1
IPTU	7	7
LANCHES E REFEIÇÕES	13	9
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	21	23
LOCOMOÇÃO	-	1
MANUTENÇÃO		4
GERAL/CONSERTOS/REPAROS	8	
SERVIÇO DE TAXI/MOTOBOY	1	2
TELEFONIA	9	6
SEGUROS	4	4
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	2	2
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	100	72
MATERIAL DE CONSUMO E ALIMENTAÇÃO	3	3
GUARDA DE DOCUMENTOS	5	5
MÍDIAS VISUAIS	4	6
MATERIAL DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	3	1
CORRETAGEM DE SEGURO PESSOA JURÍDICA	252	211
MATERIAL DE INFORMÁTICA	2	2
UNIFORMES	-	1
TARIFAS PÚBLICAS	-	1
EVENTOS E PROJETOS	171	120

16. GESTÃO DE RISCOS E MONITORAMENTO DOS CONTROLES INTERNO

De acordo com a Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004 a OABPrevGO/TO adota princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por ela operados, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

Para atender aos seus compromissos de pagamentos de benefícios a OABPrevGO/TO gerencia de forma adequada os seus investimentos, além da revisão anual da política de investimentos, e considera todos os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos da Entidade.

A Entidade realiza periodicamente a identificação, avaliação, controle e monitoramento dos riscos considerando diversos conceitos e parâmetros:

- Risco de mercado: o impacto das variações de preços negociados no mercado financeiro;
- Risco de crédito: os riscos provenientes do não pagamento de obrigações assumidas por contrapartes;
- Risco de liquidez: decorrentes de não disponibilidade de recursos;
- Risco operacional: perdas decorrentes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos;
- Risco legal: ações legais.

17. ALTERAÇÕES NORMATIVAS E IMPACTOS CONTÁBEIS

Durante o exercício social de 2024, foram implementadas alterações normativas no âmbito das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, as quais apresentados a seguir.

a) Resolução CNPC Nº 62, de 9 de dezembro de 2024

A Resolução CNPC 62/2024, revogou os artigos 24 a 29 da Resolução CNPC 43/2021 e a íntegra da Resolução CNPC 48/2021, dispõe sobre o plano de gestão administrativa, os fundos administrativos, o orçamento, as fontes de custeio administrativo e as receitas e despesas da gestão administrativas das entidades fechadas de previdência complementar, e sobre os limites e critérios específicos aplicáveis aos custeio das entidades e planos de benefícios regidos pela Lei Complementar no 108, de 29 de maio de 2001. Em que pese a publicação do normativo tenha ocorrida em 9 de dezembro de 2024, os efeitos normativos entrarão em vigência a partir de 24 de março de 2025.

A administração da entidade vem adotando as medidas administrativas necessárias para assegurar a conformidade com as novas exigências, incluindo a atualização do regulamento do plano de gestão administrativa, das políticas internas e sistemas de controle.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data da apreciação deste documento pela Diretoria Executiva, não havia ocorrência de eventos subsequentes relevantes que houvesse necessidade de divulgação.

**Marcia Queiroz
Nascimento**

Diretora Presidente
CPF 394.484.441-68
ICSS ADM EA01429
ICSS Investimentos EI08125

**Danielle Parreira
Belo Brito**

Diretora Admin/Financeiro
CPF 565.430.421-68
ICSS ADM EA 11161

**Cleire Busto Guimarães dos
Santos**

Contadora
CPF 099.042.802-82
CRC/SC – 020.670/O-2